STJ00099948

CARLOS HENRIQUE SOARES
Doutor e Mestre em Direito Processual Civil – PUC Minas e Universidade Nova de Lisboa,
Professor de Direito Processual Civil da PUC Minas, Ex-Professor da Faculdade Izabela Hendrix,
Ex-Professor da Faculdade Estácio de Sá (BH) e Professor da Faculdade Pitágoras – BH,
Professor de Pós-Graduação em Direito Processual Civil
(IEC-MG, CEAJUFE, APROBATUM, PRAETORIUM, UNIFENAS, FDSM),
Escritor de diversos livros e artigos jurídicos, Palestrante, Advogado militante.
e-mail: carlos@pdsc.com.br

RONALDO BRÊTAS DE CARVALHO DIAS
Doutor em Direito Constitucional pela UFMG, Mestre em Direito Civil pela UFMG,
Professor de Direito Processual Civil da PUC Minas, Professor da Pós-Graduação
em Direito Processual Constitucional da PUC Minas, Professor da Pós-Graduação do IEC-PUC Minas,
Coordenador Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC/Minas,
Professor na Faculdade de Direito da Universidade de Itaúna, Minas Gerais,
Ex-Advogado Chefe Adjunto da Assessoria Jurídica Regional do Banco do Brasil S.A.
em Minas Gerais, Ex-Diretor Geral da Escola Superior de Advocacia da OAB/Minas Gerais
Escritor de diversos livros e artigos jurídicos, Palestrante, Advogado militante.,
e-mail: bretas@pucminas.br

MANUAL ELEMENTAR DE PROCESSO CIVIL

3ª. edição revista, atualizada e ampliada

Notas remissivas ao projeto do novo
Código de Processo Civil Brasileiro

Revisado e atualizado com recentes julgados
do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal

Del Rey

Belo Horizonte
2014

STJ00099948

Copyright © 2013 Editora Del Rey Ltda.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, sejam quais forem os meios empregados, sem a permissão, por escrito, da Editora.
Impresso no Brasil | *Printed in Brazil*

EDITORA DEL REY LTDA.
www.livrariadelrey.com.br

Editor: Arnaldo Oliveira

Editor Adjunto: Ricardo A. Malheiros Fiuza

Editora Assistente: Waneska Diniz

Coordenação Editorial: Wendell Campos Borges

Diagramação: Dilex Editoração Ltda.

Revisão: RESPONSABILIDADE DOS AUTORES

Capa: CYB Comunicação

Editora / MG
Rua dos Goitacases, 71 - Sala 709C - Centro
Belo Horizonte – MG – CEP 30190-050
Tel: (31) 3284-5845
editoro@delreyonline.com.br

Conselho Editorial:
Alice de Souza Birchal
Antônio Augusto Cançado Trindade
Antonio Augusto Junho Anastasia
Antônio Pereira Gaio Júnior
Aroldo Plínio Gonçalves
Carlos Alberto Penno R. de Carvalho
Celso de Magalhães Pinto
Dalmar Pimenta
Edelberto Augusto Gomes Lima
Edésio Fernandes
Felipe Martins Pinto
Fernando Gonzaga Jayme
Hermes Vilchez Guerrero
José Adércio Leite Sampaio
José Edgard Penna Amorim Pereira
Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior
Misabel Abreu Machado Derzi
Plínio Salgado
Rénan Kfuri Lopes
Rodrigo da Cunha Pereira
Sérgio Lellis Santiago

Soares, Carlos Henrique.
S676 Manual elementar de processo civil / Carlos Henrique Soares e Ronaldo Brêtas de Carvalho Dias. 3ª ed. – Belo Horizonte: Del Rey, 2014.
1146p.
ISBN 978-85-384-0376-0

1. Processo civil. I. Dias, Ronaldo Brêtas de Carvalho. II. Título.

CDD: 341.46
CDU: 347.91/.95

Bibliotecária responsável: Maria Aparecida Costa Duarte
CRB 6 / 1047

STJ00099948

SUMÁRIO

1 – TEORIA GERAL DO PROCESSO 1
1.1 Direito processual civil 1
1.2 Relação do direito processual com os demais ramos do direito 2
1.3 Autonomia do direito processual 3
1.4 Noções iniciais 4
1.4.1 Processo e autos 4
1.4.2 Ação ou procedimento 5
1.4.3 Pretensão 5
1.4.4 Lide 6
1.4.5 Jurisdição 6
1.4.6 Direito Processual 6
1.4.7 Norma processual e norma procedimental 7
1.4.8 Fontes do direito processual 7
1.4.9 Eficácia da lei processual no espaço e no tempo 8
1.4.10 Interpretação e integração da lei processual 8
1.5 Evolução das técnicas de resolução de conflitos 9
1.6 Jurisdição 10
1.6.1 Jurisdição contenciosa e voluntária 14
1.6.2 Princípios da jurisdição 15
1.6.2.1 Princípio da investidura 15
1.6.2.2 Princípio da inafastabilidade da função jurisdicional 15
1.6.2.3 Princípio da indelegabilidade 15
1.6.2.4 Princípio da aderência 16

STJ00099948

1.6.2.5 Princípio da inércia 16
1.6.2.6 Princípio da vinculação da atividade jurisdicional ao pedido 16
1.6.2.7 Princípio do juízo natural 17
1.7 Ação e direito-de-ação 17
1.7.1 Teoria civilista da ação 17
1.7.2 Teoria autônoma da ação 18
1.7.3 Teoria concretista da ação 18
1.7.4 Teoria abstrata da ação 18
1.7.5 Teoria eclética da ação 19
1.7.6 Condições da ação 19
1.7.6.1 Possibilidade jurídica do pedido 20
1.7.6.2 Legitimidade de parte 21
1.7.6.3 Interesse processual 22
1.8 Processo e procedimento 23
1.8.1 Teorias do processo 23
1.8.1.1 Teoria do processo como contrato 23
1.8.1.2 Teoria do processo como quase-contrato 24
1.8.1.3 Teoria do processo como relação jurídica 24
1.8.1.4 Teoria do processo como situação jurídica 28
1.8.1.5 Teoria do processo como instituição 29
1.8.1.6 Teoria do processo como procedimento em contraditório 30
1.8.1.7 Teoria do processo constitucional 33
1.8.1.8 Teoria neoinstitucionalista do processo 33
1.8.2 Princípios institutivos do processo 35
1.8.2.1 Princípio do devido processo legal 35
1.8.2.2 Princípio do contraditório 36
1.8.2.3 Princípio da ampla defesa 37
1.8.2.4 Princípio da isonomia 37
1.8.2.5 Princípio da celeridade 38
1.8.2.6 Princípio do processo sem dilações indevidas 38
1.8.3 Princípios informativos do processo 38
1.8.3.1 Princípio da oralidade 39
1.8.3.2 Princípio da publicidade 39
1.8.3.3 Princípio da lealdade processual 39
1.8.3.4 Princípio da economia processual 40

STJ00099948

1.8.3.5 Princípio do informalismo 40
1.8.3.6 Princípio da disponibilidade 40
1.8.4 Pressupostos processuais 40
1.8.4.1 Pressupostos processuais de existência 42
1.8.4.2 Pressupostos processuais de validade 42
1.8.4.2.1 Pressupostos processuais de validade – Pressupostos subjetivos 42
1.8.4.2.2 Pressupostos processuais de validade – Pressupostos objetivos 44
1.8.4.2.3 Verificação da ausência dos pressupostos processuais 46
1.9 Modelo constitucional do processo 46
1.9.1 Constituição e processo 46
1.9.2 Processo como pressuposto jurídico de legitimidade decisória 50
1.10 Decisão justa 55
1.10.1 Kelsen e a "decisão justa" – questão de validade 55
1.10.2 Dworkin e a "decisão justa" – questão de integridade 61
1.10.3 Rawls e a "decisão justa" – questão de equidade 68
1.10.4 Habermas e "decisão justa" – questão de legitimidade 72
1.10.5 Teoria Processual da Decisão jurídica 82
1.11 Acesso à jurisdição 84
1.12 Assistência judiciária 98
1.12.1 Assistência judiciária no Brasil 103
1.12.2 Assistência judiciária e justiça gratuita no Brasil (Lei n. 1060/50) 107
1.12.3 Justiça gratuita para as pessoas jurídicas 108
1.13 Exame técnico e sistemático do Código de Processo Civil reformado 109
1.13.1 Noção de Código de Processo Civil 113
1.13.2 Pretensão de direito material e ação como direito constitucional 120
1.13.3 Estrutura técnica do Código de Processo Civil 136
1.13.4 Sistema normativo do Código de Processo Civil 140
1.13.5 Conclusões 146
1.14 As reformas do CPC e o modelo constitucional do processo 148
1.14.1 Reformas intermináveis do Código 151
1.14.2 Jurisdição e processo constitucional 155
1.14.3 Conteúdos normativos mais críticos: interpretação conforme o processo constitucional 160
1.14.3.1 Sentença clonada ou emprestada (art. 285-A) 160

STJ00099948

1.14.3.2 Documento novo no agravo de instrumento (art. 527, V) 166
1.14.3.3 Supressão de agravo interno ou regimental: uso do mandado de segurança (art. 527, parágrafo único) 167
1.14.3.4 Proibição de sentença ilíquida 172
1.14.3.5 Mandado de penhora e de avaliação: o depósito (art. 475-J) 175
1.14.3.6 Impugnação do devedor e contraditório 178
1.14.4 Conclusões 179
1.15 Comentários ao Projeto do Novo Código de Processo Civil aprovado no Senado 180
1.15.1 À guisa de introdução: histórico do Projeto 180
1.15.2 Linha teórica constitucionalista 183
1.15.3 Críticas à estrutura sistemática 185
1.15.4 Supressão do art. 120 e do parágrafo único do artigo 689, por inconstitucionalidade 189
1.15.5 Defeitos normativos do procedimento do recurso de apelação (arts. 949 e 968) 190
1.15.6 Conteúdos normativos tecnicamente defeituosos e impropriedades terminológicas 192
1.15.7 Conclusão 198
1.16 Sujeitos processuais 198
1.16.1 Partes 199
1.16.1.1 Capacidade civil e processual 200
1.16.1.2 Representação e assistência 201
1.16.1.3 Curador especial 202
1.16.1.4 Outorga uxória ou marital 202
1.16.1.5 Obrigatoriedade da formação do litisconsórcio passivo necessário entre os cônjuges 202
1.16.1.6 Representação das pessoas jurídicas e entidades sem personalidade jurídica 203
1.16.1.7 Ausência de capacidade processual ou irregularidade de representação 205
1.16.1.8 Direitos e deveres das partes 205
1.16.1.9 Responsabilidade das partes por dano processual 206
1.16.1.10 O abuso do direito processual e a violação da razoável duração do processo 214
1.16.1.11 Litigância de má-fé, Justiça Gratuita e Contraditório 218

STJ00099948

1.16.1.12 Abuso de direito processual e a participação do advogado.....219
1.16.1.13 Despesas e multas.....223
1.16.2 Advogado.....226
1.16.2.1 Advogado no Brasil.....232
1.16.2.2 Advogado na Constituição de 1988.....235
1.16.2.3 Indispensabilidade do advogado.....236
1.16.2.4 Procuração.....240
1.16.2.5 Direitos e deveres do advogado.....241
1.16.2.6 Substituição das partes e dos procuradores.....248
1.16.2.7 Responsabilidade civil do advogado.....249
1.16.2.8 Honorários advocatícios.....251
1.16.2.8.1 Honorários advocatícios contratuais.....252
1.16.2.8.2 Honorários advocatícios contratuais e Justiça Gratuita.....254
1.16.2.8.3 Honorários advocatícios e os Advogados dativos.....256
1.16.2.8.4 Ausência do contrato de honorários advocatícios.....256
1.16.2.8.5 Forma de recebimento dos honorários advocatícios contratuais .257
1.16.2.8.7 Honorários sucumbenciais e advogado empregado.....260
1.16.2.8.8 Honorários sucumbenciais no processo trabalhista.....262
1.16.2.8.9 (In)competência da Justiça do Trabalho para a cobrança dos honorários advocatícios.....267
1.16.2.8.10 Advogado e o Código de Defesa do Consumidor.....271
1.16.2.8.11 Responsabilidade civil do Advogado.....272
1.16.2.8.12 Advocacia e a teoria da perda de uma chance.....275
1.16.2.8.13 A participação do advogado e os princípios da jurisdição constitucional.....278
1.16.2.9 Defensoria Pública.....284
1.16.3 Litisconsórcio.....284
1.16.3.1 Classificação do litisconsórcio.....285
1.16.3.2 Litisconsórcio facultativo e necessário.....286
1.16.3.3 Participação dos litisconsortes.....287
1.16.4 Intervenção de terceiros.....289
1.16.4.1 Assistência.....290
1.16.4.2 Assistência simples.....290
1.16.4.3 Assistência litisconsorcial.....291
1.16.4.4 Direitos do assistido.....293

STJ00099948

1.16.4.5 Assistência e coisa julgada 294
1.16.5 Oposição 296
1.16.5.1 Procedimento da oposição 297
1.16.5.2 Momento para a realização da oposição 297
1.16.5.3 Decisão no procedimento da oposição 297
1.16.6 Nomeação à autoria 298
1.16.6.1 Cabimento da nomeação à autoria 298
1.16.6.2 Descabimento da nomeação à autoria 298
1.16.6.3 Procedimento 298
1.16.6.4 Responsabilidade civil 299
1.16.7 Denunciação da lide 299
1.16.7.1 Obrigatoriedade da denunciação da lide 300
1.16.7.2 Momento para requerimento da denunciação da lide 301
1.16.7.3 Suspensão da ação principal 301
1.16.7.4 Procedimento da denunciação da lide 301
1.16.7.5 Denunciação sucessiva 302
1.16.8 Chamamento ao processo 302
1.16.8.1 Momento e prazo para realizar o chamamento ao processo 302
1.16.8.2 Suspensão do processo principal 302
1.16.8.3 Procedimento do chamamento ao processo 303
1.16.9 Quadro comparativo das modalidades de intervenção de terceiros 303
1.16.10 Ministério Público 304
1.16.10.1 Autonomia administrativa e financeira do Ministério Público 305
1.16.10.2 Organização do Ministério Público 306
1.16.10.3 Garantias do Ministério Público 306
1.16.10.4 Deveres do Ministério Público 307
1.16.11 Juiz 307
1.16.11.1 Princípios jurisdicionais 308
1.16.11.2 Número de juízes na unidade jurisdicional 312
1.16.11.3 Ingresso na magistratura 313
1.16.11.4 Promoção dos magistrados 313
1.16.11.5 Garantias constitucionais da magistratura 314
1.16.11.6 Vedações à magistratura 314
1.16.11.7 Poderes, deveres e responsabilidade do juiz 315
1.16.11.8 Responsabilidade do Estado por ato da função jurisdicional 315

STJ00099948

1.16.11.9 Aspectos críticos da responsabilidade do Estado por ato da função jurisdicional 316
1.16.11.9.1 Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal 361
1.16.11.9.2 Considerações críticas 369
1.16.12 Impedimentos e suspeição do juiz 374
1.17 Organização do Judiciário 376
1.17.1 Autonomia administrativa e financeira dos órgãos judiciários 378
1.17.2 Supremo Tribunal Federal 378
1.17.3 Conselho Nacional de Justiça 380
1.17.4 Superior Tribunal de Justiça 382
1.17.5 Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais 384
1.17.6 Tribunais do Trabalho e Juízes do Trabalho 386
1.17.7 Tribunais Eleitorais e Juízes Eleitorais 387
1.17.8 Tribunais e Juízes Militares 389
1.17.9 Tribunais e Juízes Estaduais 389
1.18 Competência 390
1.18.1 *Perpetuatio jurisdictionis* 391
1.18.2 Critérios para a determinação da competência 392
1.18.3 Competência internacional 393
1.18.3.1 Competência internacional concorrente 393
1.18.3.2 Competência internacional exclusiva 394
1.18.4 Competência interna – critérios de fixação 395
1.18.4.1 Competência em razão da matéria 395
1.18.4.2 Competência em razão do local 396
1.18.4.3 Competência em razão do local – foros especiais *ratione personae* 398
1.18.5 Foro de eleição 400
1.18.6 Modificação da competência 400
1.18.7 Declaração de incompetência 403
1.18.8 Competência absoluta e relativa 403
1.18.9 Prorrogação da competência 405
1.18.10 Conflito de competência 405
1.19 Auxiliares da justiça 406
1.19.1 Escrivão e oficial de justiça 406
1.19.2 Perito 407

STJ00099948

1.19.3 Depositário e administrador 408
1.19.4 Intérprete 408
1.20 Atos processuais 409
1.20.1 Forma dos atos processuais 409
1.20.2 Princípio da publicidade 409
1.20.3 Uso obrigatório do vernáculo 410
1.20.4 Atos da parte 411
1.20.5 Atos do juiz 411
1.20.6 Atos do escrivão ou chefe de secretaria 412
1.20.7 Meios de expressão dos atos processuais 413
1.20.8 Atos processuais no tempo 414
1.20.9 Lugar dos atos processuais 416
1.20.10 Prazos 416
1.20.10.1 Prazos dilatórios e peremptórios 417
1.20.10.2 Preclusão 419
1.20.10.3 Contagem do prazo 420
1.20.10.4 Principais prazos processuais do Código de Processo Civil 423
1.21 Comunicações dos atos processuais entre juízos – cartas 425
1.21.1 Requisitos das cartas 425
1.21.2 Carta pelo meio virtual 425
1.21.3 Prazo para cumprimento da carta 426
1.21.4 Procedimento das cartas 426
1.22 Nulidades processuais 427
1.22.1 Princípios que regem as nulidades processuais 428
1.22.2 Momento para arguir a nulidade 429
1.22.3 Ausência de participação do Ministério Público – nulidade absoluta. 429
1.22.4 Ausência de citação ou intimação – nulidade absoluta 430
1.22.5 Nulidade dos atos processuais 430
1.22.6 Erro na escolha do procedimento 431
2 – PROCESSO DE CONHECIMENTO 433
2.1 Definição 433
2.2 Espécies de procedimentos 434
2.3 Como escolher o procedimento 435
2.4 Hipóteses de cabimento dos procedimentos especiais 436

STJ00099948

2.5 Hipóteses de cabimento do procedimentos comum sumário e ordinário 437
2.6 Hipóteses de cabimento do procedimento do juizado especial cível estadual 438
2.7 Formação, suspensão e extinção do procedimento 439
2.7.1 Formação do procedimento 440
2.7.2 Suspensão do procedimento 442
2.7.3 Extinção ou resolução do procedimento 443
2.8 Procedimento comum ordinário 446
2.8.1 Fase postulatória – petição inicial 447
2.8.1.1 Requisitos da petição inicial do procedimento comum ordinário 447
2.8.1.2 Documentos indispensáveis na petição inicial 449
2.8.1.3 Emenda da petição inicial 450
2.8.1.4 Deferimento da petição inicial 450
2.8.1.5 Julgamento liminar de improcedência 451
2.8.1.6 Pedido 453
2.8.1.7 Antecipação dos efeitos da sentença 456
2.8.1.8 Indeferimento da petição inicial 458
2.8.1.9 Valor da causa 459
2.8.1.10 Impugnação ao valor da causa 460
2.8.2 Fase postulatória – citação 461
2.8.2.1 Comparecimento espontâneo do réu 462
2.8.2.2 Requisitos para a citação válida 463
2.8.2.3 Efeitos da citação válida 464
2.8.2.4 Modalidades de citação 465
2.8.2.4.1 Citação por carta com aviso de recebimento 465
2.8.2.4.2 Citação por oficial de justiça 466
2.8.2.4.3 Citação por oficial de justiça com hora certa 466
2.8.2.4.4 Citação pelo meio eletrônico 467
2.8.2.4.5 Citação por edital 468
2.8.2.5 Intimações 469
2.8.3 Fase postulatória – resposta do réu 471
2.8.3.1 Reconhecimento do pedido pelo réu 472
2.8.3.2 Espécies de defesa 472
2.8.3.2.1 Contestação 473

STJ00099948

2.8.3.2.2 Exceções 476
2.8.3.2.3 Reconvenção 478
2.8.3.3 Ausência de defesa – revelia 480
2.8.4 Fase do saneamento – providências preliminares 481
2.8.4.1 Efeito da revelia 481
2.8.4.2 Declaração incidente 482
2.8.4.3 Impugnação ou réplica 482
2.8.5 Julgamento antecipado da lide 483
2.8.6 Audiência preliminar 484
2.8.7 Fase instrutória ou probatória 486
2.8.7.1 Prova 486
2.8.7.2 Objeto 487
2.8.7.3 Meios de prova 488
2.8.7.4 Princípios probatórios 488
2.8.7.5 Princípio da proibição da prova ilícita 489
2.8.7.6 Ônus de prova 490
2.8.7.7 Fatos que independem de prova 492
2.8.7.8 Momento de produção de prova 492
2.8.7.9 Dever de colaboração 493
2.8.7.10 Espécies de prova 493
2.8.7.10.1 Interrogatório 493
2.8.7.10.2 Depoimento pessoal 494
2.8.7.10.3 Confissão 495
2.8.7.10.4 Exibição de documento ou coisa 496
2.8.7.10.5 Prova documental 498
2.8.7.10.5.1 Incidente de falsidade documental 502
2.8.7.10.5.2 Produção da prova documental 503
2.8.7.10.5.3 Comunidades virtuais e a prova documental 504
2.8.7.10.5.4 Correio eletrônico (e-mail) e a prova documental 505
2.8.7.10.6 Prova testemunhal 507
2.8.7.10.6.1 Testemunhas incapazes, impedidas ou suspeitas 507
2.8.7.10.6.2 Impedimento de prestar testemunho 508
2.8.7.10.6.3 Procedimento para a produção da prova testemunhal 509
2.8.7.10.7 Prova pericial 512
2.8.7.10.8 Inspeção judicial 516
2.8.8 Audiência 516

STJ00099948

2.8.8.1 Audiência de conciliação 517
2.8.8.2 Audiência de instrução e julgamento 518
2.8.9 Fase decisória – sentença 519
2.8.9.1 Requisitos da sentença 520
2.8.9.2 Mérito, sentença terminativa e definitiva 520
2.8.9.3 Princípio da fundamentação das sentenças 520
2.8.9.4 Sentença *extra petita, citra petita* e *ultra petita* 522
2.8.9.5 Sentenças cominatórias 523
2.8.9.6 Classificação das sentenças 525
2.8.9.7 Modificação da sentença 526
2.8.9.8 Efeitos da sentença 527
2.8.9.9 Sentença com emissão de declaração de vontade 527
2.8.10 Coisa julgada 528
2.8.10.1 Coisa julgada no direito romano 528
2.8.10.2 Definições sobre coisa julgada 536
2.8.10.2.1 Chiovenda e a coisa julgada 536
2.8.10.2.2 Carnelutti e a coisa julgada 538
2.8.10.2.3 Liebman e a coisa julgada 540
2.8.10.2.4 Fazzalari e a coisa julgada 547
2.8.10.3 Coisa julgada no direito brasileiro 552
2.8.10.4 Arguição da coisa julgada 557
2.8.10.5 Limites objetivos da coisa julgada 558
2.8.10.6 Limites subjetivos da coisa julgada 558
2.8.10.7 Efeito preclusivo da coisa julgada 558
2.8.10.8 Questões implicitamente resolvidas 559
2.8.10.9 Coisa julgada inconstitucional (caso julgado) 560
2.8.10.9.1 Críticas ao pensamento de Paulo Otero 571
2.8.10.10 (Novo) conceito de trânsito em julgado 576
2.9 Procedimento comum sumário 582
2.9.1 Petição inicial 583
2.9.2 Deferimento e indeferimento da petição inicial 584
2.9.3 Emenda da petição inicial 584
2.9.4 Citação 584
2.9.5 Audiência de conciliação 584
2.9.6 Respostas do réu 585
2.9.7 Provas e audiência de instrução e julgamento 587

STJ00099948

2.9.8 Sentença 588
3 – RECURSOS 591
3.1 Definição 591
3.2 Princípios recursais 592
3.2.1 Princípio do duplo grau de jurisdição – Direito Constitucional 594
3.2.2 Recurso e duplo grau de jurisdição 596
3.3 Pressupostos (requisitos) de admissibilidade recursal 597
3.3.1 Pressupostos (requisitos) de admissibilidade recursal intrínsecos 598
3.3.2 Pressupostos (requisitos) de admissibilidade recursal extrínsecos 599
3.3.3 Competência para interposição e julgamento dos Recursos 600
3.3.4 Forma do juízo de admissibilidade 602
3.3.5 Momento do juízo de admissibilidade 603
3.3.6 Distinção entre mérito do recurso e mérito da causa 603
3.3.7 *Error in procedendo* e *error in judicando* 604
3.4 Classificação dos recursos 605
3.5 Efeitos dos recursos 605
3.6 Tabela indicativa dos recursos cíveis e os efeitos 608
3.7 Antecipação dos efeitos da tutela recursal 609
3.8 Recurso na modalidade adesiva – Recurso subordinado 609
3.9 Recursos e sucedândeos recursais 610
3.10 Espécies de Recursos 610
3.11 Prazo 610
3.12 Tabela de prazos recursais 612
3.13 Irrecorribilidade dos despachos 613
3.14 Recursos – Litisconsortes 614
3.15 Técnica de arrazoar recursos 614
3.15.1 Introdução 614
3.15.2 Regras básicas 616
3.15.3 Considerações finais 620
3.16 Recursos em espécies 621
3.16.1 Apelação 621
3.16.2 Sentenças que sofrem recurso de agravo 621
3.16.3 Interposição 622
3.16.4 Requisitos da petição de apelação 623
3.16.5 Efeito devolutivo no recurso de apelação 623

STJ00099948

3.16.6 Efeito translativo no recurso de apelação 623
3.16.7 Efeito suspensivo no recurso de apelação 624
3.16.8 Concessão de antecipação dos efeitos da tutela na sentença 624
3.16.9 Decisão de acolhimento ou rejeição da exceção de pré-executividade 625
3.16.10 Decisão que acolhe ou rejeita o pedido de assistência judiciária 626
3.16.11 Procedimento do recurso de apelação 626
3.16.11.1 Requisitos da petição de apelação 626
3.16.11.2 Prazo 627
3.16.11.3 Preparo 628
3.16.11.4 Juízo de admissibilidade da apelação 628
3.16.11.5 Inadmissibilidade da apelação contrária a súmula do STJ e STF 628
3.16.11.6 Juízo de retratação da apelação 629
3.16.11.7 Efeitos do recurso de apelação – devolutivo e suspensivo 629
3.16.11.8 Resposta do apelado (contrarrazões recursais) 630
3.16.11.9 Julgamento da apelação 630
3.16.11.10 Advogado e sustentação oral 632
3.17 Agravo 634
3.17.1 Cabimento excepcional de agravo contra sentenças 635
3.17.2 Despachos – Possibilidade de cabimento de agravo 635
3.17.3 Modalidades de recurso de agravo 636
3.17.4 Prazo 637
3.17.5 Preparo 637
3.17.6 Efeitos do recurso de agravo 637
3.17.7 Procedimento do recurso de agravo retido 637
3.17.8 Procedimento do recurso de agravo de instrumento 638
3.17.9 Julgamento do recurso de agravo de instrumento 641
3.18 Embargos infringentes 642
3.18.1 Cabimento dos embargos infringentes 643
3.18.2 Embargos Infringentes em agravo de instrumento 644
3.18.3 Embargos Infringentes em embargos de declaração 644
3.18.4 Embargos Infringentes em Mandado de Segurança 644
3.18.5 Ação rescisória procedente e embargos infringentes 644
3.18.6 Embargos Infringentes no STJ e STF 645
3.18.7 Prazo 645

STJ00099948

3.18.8 Efeitos dos embargos infringentes 646
3.18.9 Preparo 646
3.18.10 Juízo de admissibilidade dos embargos infringentes 646
3.18.11 Juízo de mérito – Julgamento dos embargos infringentes 646
3.18.12 Interrupção do prazo para interposição de recurso especial ou extraordinário 647
3.18.13 Interrupção do prazo para interposição de Recurso Especial ou Extraordinário 648
3.19 Embargos de declaração 648
3.19.1 Omissão, contradição e obscuridade 649
3.19.2 Prazo e preparo 649
3.19.3 Embargos de declaração e princípio da fundamentação das decisões 650
3.19.4 Efeitos dos embargos de declaração 650
3.19.5 Procedimento dos embargos de declaração 650
3.19.6 Interrupção do prazo 651
3.19.7 Embargos de declaração protelatórios 652
3.19.8 Embargos de declaração contra decisão interlocutória 652
3.19.9 Embargos de declaração com efeito infringente (modificativo) 653
3.19.10 Embargos de declaração com finalidade de prequestionamento 653
3.20 Recursos para o STF e STJ 654
3.20.1 Recurso ordinário 655
3.20.1.1 Cabimento 655
3.20.1.2 Efeitos 656
3.20.1.3 Prazo 656
3.20.1.4 Sustentação oral 656
3.20.1.5 Juízo de admissibilidade em recurso ordinário 656
3.20.1.6 Juízo de julgamento em recurso ordinário 656
3.20.2 Recurso extraordinário (Rext) e recurso especial (Resp) 657
3.20.2.1 Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário 658
3.20.2.2 Súmulas do STF relacionadas ao recurso extraordinário 658
3.20.2.3 Hipóteses de cabimento do recurso especial 659
3.20.2.4 Súmulas do STJ relacionadas ao recurso especial 660
3.20.2.5 Composição e competência do Superior Tribunal de Justiça 661
3.20.2.6 Composição e competência do Supremo Tribunal Federal 662

STJ00099948

3.20.2.7 Características comuns do recurso extraordinário e especial 664
3.20.2.8 Prequestionamento para fins de interposição do recurso extraordinário e especial 665
3.20.2.9 Legitimidade e interesse 666
3.20.2.10 Fundamentação do recurso extraordinário e especial 667
3.20.2.11 Prazo.....667
3.20.2.12 Regularidade formal.....667
3.20.2.13 Preparo 668
3.20.2.14 Efeito devolutivo e suspensivo 668
3.20.2.15 Procedimento do Resp. e Rext. 670
3.20.2.16 Recursos extraordinário e especial retidos 672
3.20.2.17 Repercussão geral no STF 672
3.20.2.18 Recursos repetitivos 676
3.20.2.19 Agravo contra inadmissão de recurso extraordinário e especial....677
3.20.2.20 Agravo interno ou agravo regimental 679
3.21 Embargos de divergência 680
3.21.1 Súmulas do STF e STJ relacionadas aos embargos de divergência....680
3.21.2 Uniformização de jurisprudência e súmula.....681
3.21.3 Súmulas vinculantes.....684
3.22 Declaração de inconstitucionalidade.....687
3.23 Ordem dos processos no Tribunal 688
3.24 Ação rescisória.....691
3.24.1 Cabimento da ação rescisória.....691
3.24.2 Legitimidade 697
3.24.3 Prazo 697
3.24.4 Competência 698
3.24.5 Petição inicial.....698
3.24.6 Cumprimento da sentença rescindenda.....699
3.24.7 Citação 699
3.24.8 Defesa 700
3.24.9 Provas.....700
3.24.10 Decisão do Tribunal 701
4 – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA E PROCESSO DE EXECUÇÃO.....703
4.1 Considerações preliminares 703

STJ00099948

4.2 Liquidação de sentença 704
4.2.1 Liquidação por cálculo aritmético 705
4.2.2 Liquidação por arbitramento 706
4.2.3 Liquidação por artigos 706
4.2.4 Procedimento de liquidação 706
4.2.5 Liquidação de sentença e coisa julgada 707
4.3 Cumprimento da sentença 708
4.3.1 Sincretismo entre cognição e execução no Código de Processo Civil 708
4.4 Cumprimento da sentença de obrigação de fazer ou não fazer 710
4.4.1 Defesa direta do devedor no cumprimento da sentença de obrigação de fazer ou não fazer 712
4.5 Cumprimento da sentença de obrigação de dar 713
4.5.1 Defesa direta do devedor no cumprimento da sentença de obrigação de dar 714
4.6 Cumprimento da sentença de obrigação de pagar quantia certa 715
4.6.1 Requerimento para instaurar a execução 717
4.6.2 Aplicação subsidiária das normas sobre processo de execução 717
4.6.3 Descabimento da multa de 10% do art. 475-J do CPC ao réu revel 718
4.6.4 Descabimento da multa de 10% do art. 475-J do CPC na execução provisória 719
4.6.5 Defesa direta do devedor no cumprimento da sentença de obrigação de pagar quantia certa 720
4.6.6 Títulos executivos judiciais 721
4.6.7 Cumprimento da sentença provisória ou definitiva (execução provisória ou definitiva) 722
4.6.8 Competência para o cumprimento da sentença de pagar 723
4.6.9 Cumprimento da sentença por indenização decorrente de ilícito 724
4.6.10 Legitimidade para requerer o cumprimento de sentença 724
4.7 Processo de execução 726
4.7.1 Evolução do processo de execução 726
4.7.2 Princípios processuais executivos 729
4.7.2.1 Princípios processuais executivos constitucionais 729
4.7.2.2 Princípios informativos do processo de execução 732
4.7.3 Princípio da patrimonialidade e o princípio da dignidade da pessoa humana 736

STJ00099948

4.7.4 Processo de execução, contraditório e Estado Democrático de Direito 738
4.7.5 Legitimidade para requerer o processo de execução 741
4.7.6 Competência para a execução fundada em título executivo extrajudicial 741
4.7.7 Cumulação de execuções 741
4.7.8 Competência para a execução fiscal 742
4.7.9 Cumprimento dos atos executórios 743
4.7.10 Títulos executivos extrajudiciais 744
4.7.11 Ação anulatória de título executivo extrajudicial 746
4.7.12 Títulos executivos extrajudiciais estrangeiros 747
4.7.13 Requisitos dos títulos executivos extrajudiciais 747
4.7.14 Requisitos necessários para realizar qualquer execução 747
4.7.15 Execução por iniciativa do devedor 748
4.8 Responsabilidade patrimonial 749
4.8.1 Fraude de execução 751
4.9 Disposições gerais do processo de execução 754
4.10 Atos atentatórios à dignidade da justiça 754
4.11 Nulidade de execução 756
4.12 Espécies de execução 757
4.12.1 Petição inicial 757
4.12.2 Citação 761
4.12.3 Execução para a entrega de coisa 762
4.12.3.1 Entrega de coisa certa 762
4.12.3.2 Entrega de coisa incerta 763
4.12.4 Execução das obrigações de fazer e de não fazer 763
4.12.4.1 Obrigação de fazer 763
4.12.4.2 Obrigação de não fazer 765
4.12.5 Execução por quantia certa contra devedor solvente 765
4.12.5.1 Exame técnico e sistemático da execução no Código de Processo Civil 768
4.12.5.2 Dois procedimentos executivos para o credor receber obrigação por quantia certa 772
4.12.5.3 Procedimento reformado da execução por quantia certa contra devedor solvente 773

STJ00099948

4.12.5.4 Bens absolutamente impenhoráveis 774
4.12.5.5 Remição dos bens 777
4.12.5.6 Petição inicial 777
4.12.5.7 Citação do devedor 777
4.12.5.8 Penhora e depósito 779
4.12.5.8.1 Bens penhoráveis e a ordem de penhora 781
4.12.5.8.2 Penhora em conta corrente ou investimento (penhora "on line") 782
4.12.5.8.3 Substituição da penhora 783
4.12.5.8.4 Depósito 784
4.12.5.8.5 Segunda penhora 785
4.12.5.8.6 Medidas executivas acautelatórias 785
4.12.5.8.7 Penhora de créditos e de outros direitos patrimoniais 785
4.12.5.8.8 Penhora de estabelecimento empresarial, semoventes ou edifícios 786
4.12.5.9 Avaliação 787
4.12.5.10 Adjudicação 788
4.12.5.11 Alienação ou arrematação 789
4.12.5.11.1 Alienação por iniciativa particular 789
4.12.5.11.2 Alienação em hasta pública 790
4.12.5.12 Pagamento ao credor 794
4.12.5.12.1 Entrega do dinheiro 794
4.12.5.12.2 Usufruto de móvel ou imóvel 795
4.12.5.13 Suspensão e extinção do processo de execução 796
4.12.5.14 Decisões interlocutórias impugnáveis por agravo de instrumento 796
4.12.6 Execução contra a Fazenda Pública 800
4.12.6.1 Fazenda Pública 800
4.12.6.2 Impenhorabilidade dos bens públicos 800
4.12.6.3 Procedimento da execução contra a Fazenda Pública 801
4.12.6.4 Embargos à execução contra a Fazenda Pública 804
4.12.6.5 Precatórios 805
4.12.6.6 Emenda Constitucional n.º 62 e a questão dos precatórios 807
4.12.6.7 Regime especial de pagamento dos precatórios 808
4.12.6.8 Requisição de pequeno valor – RPV 812

STJ00099948

4.12.7 Execução de prestação alimentícia 813
4.12.8 Embargos do devedor 815
4.12.8.1 Embargos de retenção por benfeitorias 818
4.12.8.2 Embargos de adjudicação, alienação ou arrematação 818
4.12.8.3 Embargos na execução por carta 819
4.12.8.4 Reconhecimento do crédito e ausência de embargos do devedor 819
4.12.8.5 Exceção de pré-executividade 823
4.12.8.6 Exceção de incompetência, suspeição ou impedimento 824
4.12.9 Execução fiscal 825
4.12.9.1 Legitimidade 826
4.12.9.2 Competência 827
4.12.9.3 Petição inicial 827
4.12.9.4 Citação 827
4.12.9.5 Penhora 828
4.12.9.6 Embargos do devedor 829
4.12.9.7 Ação de repetição do indébito e ação anulatória 830
4.12.9.8 Remição 830
4.12.9.9 Arrematação e adjudicação 830
4.12.9.10 Pagamento 831
4.12.9.11 Suspensão 831
4.12.10 Execução por quantia certa contra devedor insolvente 832
4.12.10.1 Insolvência 832
4.12.10.2 Legitimidade 833
4.12.10.3 Procedimento bifásico 833
4.12.10.4 Declaração de insolvência 833
4.12.10.5 Insolvência requerida pelo credor 834
4.12.10.6 Insolvência requerida pelo devedor ou pelo seu espólio 835
4.12.10.7 Declaração judicial de insolvência 836
4.12.10.8 Atribuições do administrador 836
4.12.10.9 Verificação e classificação dos créditos 837
4.12.10.10 Saldo devedor 838
4.12.10.11 Extinção das obrigações 838
5 – PROCESSO CAUTELAR 841
5.1 Considerações Preliminares 841
5.1.1 Requisitos para a concessão das medidas cautelares 842

STJ00099948

5.1.2 Legitimidade 842
5.1.3 Competência 843
5.1.4 Princípios processuais cautelares 843
5.1.5 Procedimento geral para as ações cautelares 844
5.2 Procedimentos cautelares específicoS ou nominados 847
5.2.1 Arresto 847
5.2.2 Sequestro 849
5.2.3 Caução 851
5.2.4 Busca e apreensão 853
5.2.5 Exibição 853
5.2.6 Produção antecipada de provas 854
5.2.7 Alimentos provisionais 855
5.2.8 Arrolamento de bens 855
5.2.9 Justificação 856
5.2.10 Protestos, notificações e interpelações 857
5.2.11 Homologação do penhor legal 858
5.2.12 Posse em nome do nascituro 859
5.2.13 Atentado 859
6 – **PROCEDIMENTOS ESPECIAIS** 861
6.1 Procedimentos especiais contenciosos 861
6.2 Ação de consignação em pagamento 862
6.2.1 Competência 863
6.2.2 Legitimidade 863
6.2.3 Procedimento extrajudicial de consignação em pagamento 863
6.2.4 Procedimento judicial de consignação em pagamento 864
6.2.5 Pedido de prestação periódica na ação de consignação em pagamento 867
6.2.6 Consignação em pagamento de coisa indeterminada 868
6.2.7 Dúvida quanto ao credor na ação de consignação 868
6.2.8 Prestação de contas e atividade bancária 868
6.3 Ação de depósito 870
6.3.1 Competência 871
6.3.2 Legitimidade 871
6.3.3 Procedimento 871
6.3.4 Prisão civil do depositário infiel – possibilidade ou não? 873

STJ00099948

6.4 Ação de anulação e substituição de títulos ao portador 874
6.4.1 Título ao portador 875
6.4.2 Legitimidade 875
6.4.3 Competência 875
6.4.4 Procedimento de reivindicação, anulação e substituição de título 876
6.5 Ação de prestação de contas 877
6.5.1 Legitimidade 877
6.5.2 Competência 877
6.5.3 Procedimento (ação) para exigir a prestação de contas 878
6.5.4 Procedimento (ação) para prestar contas 879
6.5.5 Contas do inventariante, tutor, curador e outros 879
6.6 Ações possessórias 880
6.6.1 Legitimidade 880
6.6.2 Competência 880
6.6.3 Fungibilidade das ações possessórias 881
6.6.4 Procedimento das ações possessórias (manutenção e reintegração) 881
6.7 Ação de nunciação de obra nova 885
6.7.1 Obra nova 886
6.7.2 Restrições ao direito de construir 886
6.7.3 Legitimidade 888
6.7.4 Competência 888
6.7.5 Procedimento extrajudicial de embargo de obra nova 889
6.7.6 Procedimento da ação de nunciação de obra nova 889
6.8 Ação de usucapião de terras particulares 891
6.8.1 Requisitos para requerer a usucapião 891
6.8.2 Espécies de usucapiões existentes no Código Civil 891
6.8.3 Legitimidade 893
6.8.4 Competência 893
6.8.5 Procedimento da ação de usucapião 893
6.9 Ação de divisão e demarcação de terras particulares 894
6.9.1 Considerações preliminares 894
6.9.2 Competência 895
6.9.3 Legitimidade 895
6.9.4 Ação demarcatória de terras 895
6.9.4.1 Petição inicial da ação demarcatória de terras 895

STJ00099948

6.9.4.2 Citação 896
6.9.4.3 Procedimento 896
6.9.4.4 Sentença – encerramento da 1ª. fase do procedimento 896
6.9.4.5 Execução da sentença – 2ª. fase do procedimento 897
6.9.4.6 Sentença homologatória – 2ª. fase do procedimento 898
6.9.5 Ação de divisão 898
6.9.5.1 Petição inicial da ação de divisão 898
6.9.5.2 Citação 899
6.9.5.3 Procedimento 899
6.9.5.4 Sentença – encerramento da 1ª. fase do procedimento 899
6.9.5.5 Execução da sentença – 2ª. fase do procedimento 899
6.9.5.6 Sentença homologatória – 2ª. fase do procedimento 901
6.10 Inventário e partilha 902
6.10.1 Conceito de inventário 902
6.10.2 Conceito de partilha 902
6.10.3 Modalidades de inventário 902
6.10.4 Prazo para abertura do inventário 903
6.10.5 Inventário – contencioso ou voluntário 903
6.10.6 Competência 903
6.10.7 Administrador provisório 904
6.10.8 Legitimidade para requerer o inventário 904
6.10.9 Inventariante 905
6.10.9.1 Atribuições do inventariante 905
6.10.10 Primeiras declarações 906
6.10.11 Citações 907
6.10.12 Impugnações 908
6.10.13 Avaliação e cálculo do imposto 909
6.10.14 Últimas declarações 910
6.10.15 Colações 910
6.10.16 Pagamento das dívidas 911
6.10.17 Partilha 912
6.10.18 Partilha amigável 913
6.10.19 Rescisão da partilha 913
6.10.20 Arrolamento 913
6.10.21 Medidas cautelares 915

STJ00099948

6.10.22 Sobrepartilha 915
6.11 Embargos de terceiro 915
6.11.1 Considerações preliminares 915
6.11.2 Terceiro 916
6.11.3 Legitimidade 917
6.11.4 Competência 918
6.11.5 Procedimento 918
6.12 Habilitação 919
6.13 Restauração de autos 920
6.14 Ação monitória 921
6.14.1 Conceito 921
6.14.2 Legitimidade 922
6.14.3 Competência 923
6.14.4 Procedimento 923
6.14.5 Ação monitória e contrato de abertura de crédito 925
6.14.6 Ação monitória e cheque e nota promissória prescritos (Súmula 503 e 504 do STJ – Prazo prescricional) 926
6.14.7 Ação monitória e Fazenda Pública 928
6.15 Procedimentos especiais previstos na lei de locação 930
6.15.1 Considerações preliminares 930
6.15.2 Locação residencial 933
6.15.3 Locação para temporada 933
6.15.4 Locação não residencial e o direito de renovação do contrato 934
6.15.5 Aspectos gerais dos procedimentos previstos na Lei de Locação 935
6.15.6 Ação de despejo 935
6.15.7 Ação de consignação de aluguel e acessórios da locação 939
6.15.8 Ação revisional de aluguel 940
6.15.9 Ação renovatória 941
6.16 Arbitragem 942
6.16.1 Considerações iniciais 942
6.16.2 Convenção de arbitragem e seus efeitos 944
6.16.3 Cláusulas obrigatórias no compromisso arbitral 946
6.16.4 Extinção do compromisso arbitral 946
6.16.5 Árbitros 947
6.16.6 Procedimento arbitral 948

STJ00099948

6.16.7 Sentença arbitral 950
6.16.8 Nulidade da sentença arbitral 951
6.16.9 Reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras 952
6.16.10 Aplicação da lei de arbitragem no tempo 953
6.17 Ação de divórcio 954
6.17.1 Direitos das Famílias 954
6.17.2 Casamento 956
6.17.3 Capacidade para o casamento 957
6.17.4 Impedimentos para o casamento 957
6.17.5 Causas suspensivas para o casamento 957
6.17.6 Prova do casamento 958
6.17.7 Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal 958
6.17.8 Procedimento extrajudicial de divórcio 959
6.17.9 Ação de divórcio judicial consensual 960
6.17.10 Ação de divórcio litigioso 962
6.17.10.1 Procedimento do divórcio judicial litigioso 962
6.17.11 Competência 963
6.17.12 Legitimidade 963
6.17.13 Emenda Constitucional n. 66/2010 964
6.18 Ação de alimentos 965
6.18.1 Alimentos 965
6.18.2 Legitimidade para requerer os alimentos 966
6.18.3 Necessidade e possibilidade 966
6.18.4 Alimentos provisórios e definitivos 967
6.18.5 Alimentos provisórios e provisionais 967
6.18.6 Competência 968
6.18.7 Procedimento 968
6.18.7.1 Petição inicial 968
6.18.7.2 Deferimento da petição inicial 969
6.18.7.3 Citação 969
6.18.7.4 Obrigatoriedade de comparecimento em audiência 970
6.18.7.5 Audiência de conciliação e julgamento 970
6.18.8 Ação revisional de alimentos 971
6.18.9 Execução de alimentos 972
6.18.10 Alimentos gravídicos 972

STJ00099948

6.19 Procedimentos especiais de jurisdição voluntária 974
6.19.1 Disposições Gerais dos procedimentos especiais de jurisdição voluntária 974
6.19.2 Alienações Judiciais 976
6.19.3 Procedimento de abertura de testamentos e codicilo 978
6.19.4 Herança Jacente 980
6.19.5 Procedimento de arrecadação de bens dos ausentes 982
6.19.6 Procedimento de arrecadação de coisas vagas 983
6.19.7 Procedimento da curatela dos interditos e da tutela de órfãos 984
6.19.7.1 Nomeação do Tutor ou Curador 986
6.19.7.2 Remoção e dispensa de Tutor ou Curador 987
6.19.8 Organização e fiscalização das fundações 987
6.19.9 Procedimento da especialização da hipoteca legal 988
7 – JUIZADOS ESPECIAIS 991
7.1 Juizados Especiais Cíveis Estaduais 991
7.1.1 Cabimento 991
7.1.2 Competência 993
7.1.3 Juiz, conciliadores e juízes leigos 993
7.1.4 Partes 994
7.1.5 Assistência do advogado 994
7.1.6 Intervenção de terceiro, assistência e litisconsórcio 995
7.1.7 Participação do Ministério Público 995
7.1.8 Atos processuais 995
7.1.9 Formação do procedimento no Juizado Especial Cível – petição inicial 996
7.1.10 Citações e intimações 997
7.1.11 Revelia 998
7.1.12 Audiência de conciliação e juízo arbitral 998
7.1.13 Audiência de instrução e julgamento 999
7.1.14 Resposta do réu 999
7.1.15 Provas 1000
7.1.16 Decisões interlocutórias – irrecorríveis 1001
7.1.17 Sentença 1001
7.1.18 Recurso no Juizado Especial Cível 1002
7.1.19 Embargos de declaração 1004

STJ00099948

7.1.20 Recurso extraordinário no Juizado Especial Cível 1004
7.1.21 Execução 1005
7.1.22 Despesas 1007
7.1.23 Juizado Especial Cível e o Estado Democrático de Direito 1007
7.1.24 Enunciados do FONAJE 1021
7.2 Juizado especial da Fazenda Pública 1033
7.2.1 Competência 1034
7.2.2 Legitimidade 1034
7.2.3 Petição inicial 1035
7.2.4 Citação e intimação 1035
7.2.5 Prazos 1035
7.2.6 Representantes da Fazenda Pública 1035
7.2.7 Análise sobre a possibilidade de conciliação ou julgamento 1036
7.2.8 Advogado 1036
7.2.9 Audiência de conciliação 1036
7.2.10 Audiência de instrução e julgamento 1037
7.2.11 Resposta do réu 1037
7.2.12 Provas 1038
7.2.13 Sentença 1038
7.2.14 Recurso no Juizado Especial da Fazenda Pública 1039
7.2.15 Embargos de declaração 1041
7.2.16 Recurso extraordinário no juizado especial 1041
7.2.17 Uniformização de interpretação de lei 1042
7.2.18 Execução de obrigação de fazer/não fazer e dar coisa 1043
7.2.19 Execução de obrigação de pagar quantia certa 1043
7.2.20 Disposições gerais e transitórias 1044
7.3 Juizados especiais cíveis federais 1044
7.3.1 Considerações preliminares 1044
7.3.2 Competência 1045
7.3.3 Legitimidade 1045
7.3.4 Advogado 1046
7.3.5 Atos processuais 1046
7.3.6 Petição inicial 1047
7.3.7 Audiência de conciliação 1048
7.3.8 Audiência de instrução e julgamento 1048

STJ00099948

7.3.9 Resposta do réu 1048
7.3.10 Provas 1049
7.3.11 Sentença 1050
7.3.12 Recurso no Juizado Especial Federal 1051
7.3.13 Embargos de declaração 1052
7.3.14 Recurso extraordinário no Juizado Especial Federal 1052
7.3.15 Uniformização de interpretação de lei 1053
7.3.16 Execução de obrigação de fazer/não fazer e dar coisa 1054
7.3.17 Execução de obrigação de pagar quantia certa 1054
7.3.18 Enunciados do FONAJEF 1055
8 – **AÇÕES CONSTITUCIONAIS** 1065
8.1 *Habeas corpus* 1065
8.1.2 Cabimento 1066
8.1.3 *Habeas corpus* preventivo e liberatório 1066
8.1.4 Legitimação ativa 1066
8.1.5 A dispensabilidade do advogado no habeas corpus 1067
8.1.6 Legitimação passiva 1071
8.1.7 Ministério Público 1071
8.1.8 Procedimento do habeas corpus 1071
8.1.9 *Habeas corpus* em prisão civil 1072
8.2 Mandado de segurança 1074
8.2.1 Prazo 1075
8.2.2 Modalidades de mandado de segurança 1076
8.2.3 Direito líquido e certo 1076
8.2.4 Requisitos para a concessão do mandado de segurança 1076
8.2.5 Decisão liminar em mandado de segurança 1077
8.2.6 Interposição e comunicação do mandado de segurança 1077
8.2.7 Vedações para o uso do mandado de segurança 1077
8.2.8 Legitimidade 1078
8.2.9 Procedimento do mandado de segurança 1078
8.2.10 Recursos no mandado de segurança 1081
8.2.11 Execução no mandado de segurança 1083
8.2.12 Coisa julgada em mandado de segurança 1083
8.2.13 Mandado de segurança coletivo 1083

9 – PROCESSO ELETRÔNICO OU AUTOS VIRTUAIS 1085
9.1 Informatização do "processo judicial" ou virtualização dos autos 1085
9.2 Comunicação eletrônica dos atos processuais 1086
9.3 Diário da justiça eletrônico 1087
9.4 Prazos 1087
9.5 Autos virtuais 1088
9.6 Citações e intimações 1089
9.7 Petições em geral 1089
9.8 Provas 1090
10 – REFERÊNCIAS 1091